

## RACISMO POR OMISSÃO E LUTA ANTIRRACISTA: DA COLONIALIDADE À RESISTÊNCIA EM BENEVIDES/PA

**Racism by omission and anti-racist struggle: from coloniality to resistance in Benevides/PA**

Evelyn Talisa **ABREU DE OLIVEIRA**

Mestranda em Sociologia e Antropologia

Universidade Federal do Pará

evelynabreu21@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8383-1840> 


Rodrigo Corrêa Diniz **PEIXOTO**

PhD in Government (University of Essex), revalidado em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal do Pará, Professor Adjunto

rodrigopeixoto1810@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3083-8771> 

A lista completa com informações dos autores está no final do artigo 

### RESUMO

A extinção legal do sistema de escravidão no Brasil não deu fim à classificação racial existente. Em outras palavras, não representou o fim da exploração nem da dominação sobre determinados sujeitos. Assim, o objetivo deste artigo consiste em fomentar uma discussão teórica sobre uma das formas pelas quais o racismo atua em nossos dias e, por outro lado, como a resistência também é construída. Este artigo corresponde a um recorte de dissertação de mestrado, cuja investigação trata sobre a atualização da luta antirracista no município de Benevides, no Pará. Tem como metodologia a pesquisa bibliográfica e os princípios da pesquisa-ação. Dentre as referências estão: Abdias Nascimento (2016), Aluizio Marino (2013;2015), Aníbal Quijano (1992;2005;2009), Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), Lélia Gonzalez (2020) e Nilma Lino Gomes (2017). Como resultado apontamos a contribuição para o debate antirracista, a partir de uma experiência histórica específica. Conclui-se a necessidade de olhar para o outro lado da repressão, isto é, a resistência, a fim de enfatizar que, se a relação de dominação é atualizada, as formas de resistências também são.

**Palavras-Chave:** Colonialidade. Racismo por omissão. Resistência.

### ABSTRACT

The legal extinction of the slave system in Brazil did not end the existing racial classification. In other words, it did not represent the end of exploitation or domination over certain subjects. Thus, the objective of this paper is to foster a theoretical discussion about one of the ways in which racism acts nowadays and, on the other side, how resistance is also built. This paper answer to a clipping from a master's dissertation, whose investigation deals with the updating of the anti-racist struggle in the city of Benevides, Pará. Its methodology is bibliographical research and the principles of action research. Among the references are: Abdias Nascimento (2016), Aluizio Marino (2013;2015), Aníbal Quijano (1992;2005;2009), Frantz Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), Lélia Gonzalez (2020) and Nilma Lino Gomes (2017). As a result, we indicate the contribution to the anti-racist debate, based on a specific historical experience. It concludes that there is a need to look at the other side of repression, that is, resistance, in order to emphasize that, if the relationship of domination is updated, so are the forms of resistance.

**Keywords:** Coloniality. Racism by omission. Resistance.

# 1 INTRODUÇÃO

Este artigo corresponde a um recorte de dissertação de mestrado, cuja investigação trata sobre a atualização da luta antirracista em Benevides, município localizado a 25 Km da capital do Estado do Pará, no Brasil. Neste lugar, onde então situava-se o núcleo colonial agrícola de Nossa Senhora do Carmo, ocorreu a primeira libertação dos sujeitos em condição de escravidão na Amazônia, em 30 de março de 1884.

Na referida pesquisa de mestrado, investigamos como um coletivo cultural contribui para a atualização da luta antirracista, a partir de ações promovidas pelos seus atores em um lugar, cuja contextualização histórica local, ainda muito desconhecida no meio acadêmico, tem nos instigado a produzir algumas reflexões, bem como propor estratégias de intervenção.

Neste artigo, apresentaremos os resultados da argumentação central que introduz a pesquisa, isto é, propomos como reflexão o modo como opera uma das principais formas pelas quais o racismo atua em nossos dias, a saber, o racismo por omissão. A argumentação concebe que esta forma de racismo é uma expressão da colonialidade do poder. Por outro lado, discutiremos a luta antirracista como ação de resistência.

Portanto, este artigo está dividido em duas seções, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção é denominada de “Benevides no presente”, compostas por duas subseções, as quais tratam da caracterização do município de Benevides em nossos dias, a partir de dados do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, bem como da discussão sobre a categoria racismo por omissão, a fim de tecer relações entre tais dados e a experiência cotidiana em termos raciais.

Por sua vez, na segunda seção discutiremos a relação entre a colonialidade e a resistência. Para isso, primeiro estabeleceremos as diferenças entre as categorias de colonialismo e colonialidade e, por conseguinte, apresentaremos o coletivo cultural Roda Cultural de Benevides (RCDB) como um exemplo de ação de resistência no referido município. Refletir sobre colonialidades significa pensar que as implicações atuais de dominação ou resistência tem raízes históricas. Por isso, o que precisamos fazer é investigá-las e, como fazemos nesta oportunidade, enunciá-las.

Dentre os autores e as autoras que fundamentam esta pesquisa estão: Abdias Nascimento (2016), Aluizio Marino (2013;2015), Aníbal Quijano (1992;2005;2009), Frantz

Fanon (2008), Grada Kilomba (2019), José Jorge de Carvalho (2001), Lélia Gonzalez (2020) e Nilma Lino Gomes (2017).

Portanto, ao caracterizarmos a sociedade de Benevides em nossos dias, o fazemos com a finalidade de ponderar a relação entre opressão e resistência que não se fez presente somente no passado, mas que é atualizada continuamente sob outras ações e outros discursos. Com isso, queremos contestar a afirmação que diz que o racismo brasileiro é mais brando e menos violento que em outros lugares.

Apesar de nossa investigação ser evocada a partir de espaços-tempos específicos, ela não está estritamente limitada ao seu espaço geográfico, nem a qualquer tempo remoto. A referência local também nos instiga sobre outras vozes, memórias e histórias importantes para a formação social, política e identitária, tanto do município, quanto de outros territórios.

Entretanto, ao considerar relevante recorrer ao passado de nossa formação enquanto sociedade, isso não se realiza com o intuito de se deter a ele, pois embora seja necessário e inevitável conceber o fenômeno da escravidão no Brasil e rememorar sempre que oportuno as relações de poder as quais subjugaram homens, mulheres e crianças negras durante séculos, o objetivo é buscar nas lutas organizadas pela população negra os significados de resistência e emancipação social, tendo em vista tanto o tempo presente quanto a perspectiva futura.

## 2 BENEVIDES NO PRESENTE

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.  
(Lélia Gonzalez – Racismo e sexismo na cultura brasileira, 1984)

Após abolida a escravidão em 1884 na antiga colônia agrícola de Nossa Senhora do Carmo, sucessivas leis e decretos a tornaram primeiro em vila e, posteriormente, em município. Isto ocorreu em 29 de dezembro de 1961, por meio da Lei nº 2.460.

Esta seção tem como finalidade caracterizar o município de Benevides no tempo presente. Para isso, nos amparamos em dados extraídos do último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010. Dentre os dados

disponíveis, analisamos alguns que estão relacionados aos direitos no que tange à educação, renda e religiosidade.

Essa análise tem como recorte o atravessamento de caráter racial em relação a tais direitos, com o objetivo de refletir sobre a colonialidade do poder<sup>1</sup> reproduzida no seio da sociedade benevidense. Acessar e analisar tais números é fundamental para compreendermos o lugar que esses sujeitos ocupam e em que medida gozam ou não dos seus direitos. Porém, não se trata de reduzir sujeitos a números simplesmente, mas de ser capaz de tecer relações entre os dados expostos e a experiência cotidiana.

## 2.1 Índices sociais e raciais

Para iniciarmos nossa discussão, registremos que das 51.651 pessoas que compunham a população total de Benevides no ano de 2010, acima de 78% eram negros<sup>2</sup> e aproximadamente 21% brancos. Ou seja, de antemão, este primeiro dado nos permite inferir que Benevides é uma sociedade majoritariamente negra. Portanto, trazemos a cor como marcador discricionário fundamental, ao passo que, frente a essa realidade racial atestada por dados numéricos, somos cômicos de que “em torno do corpo reina uma atmosfera densa de incertezas” (FANON, 2008, p 104).

Essa afirmativa nos leva a suscitar algumas questões, a fim de nortear nossa argumentação, tais como: qual o significado da cor/raça sobre os sujeitos que não sabem ler nem escrever? Qual o rendimento comparativo desse segmento da população e o que isso implica? Qual a religiosidade dessas pessoas e por que essa informação é fundamental para nossa pesquisa? E, por fim, como essas questões interferem ou não na valorização e reconhecimento da luta antirracista em Benevides?

Iniciemos nossa argumentação a partir do dado sobre a população que não sabe ler nem escrever. O dado se refere às pessoas com 15 anos ou mais e corresponde a 36.402 pessoas. Destas, 2.485 não sabem ler nem escrever, o que representa aproximadamente 7% da população de Benevides. Desses 7%, cerca de 70% são pardos, 12,71% são pretos e 16,17% são brancos, ou seja, cerca de 83% são negros. Esses índices poderiam conduzir a uma interpretação reducionista, de que fazer parte da maioria da população explicaria o

---

<sup>1</sup> Permanências no presente de traços de dominação do passado colonial, fundamentados em raça e racismo, patriarcalismo e outros marcadores sociais que classificam e inferiorizam socialmente.

<sup>2</sup> Soma de pretos e pardos, conforme classificação do IBGE.

fato de que os negros são a maioria dentre os que não sabem ler nem escrever. Contudo, analisemos a questão.

O índice de negros que não sabem ler nem escrever ultrapassa o índice da população total de negros, enquanto que o índice de brancos diminui em relação ao mesmo comparativo, isto é, existe uma diferença importante entre negros e brancos nesse cenário. Além disso, poderíamos nos perguntar: por que nós, negros e negras, não ocupamos posições de poder? Por que, embora sejamos maioria, é muito raro um/uma de nós ocupar qualquer cargo de poder e prestígio?

Prosseguindo em nossa explanação, nos voltemos para o valor do rendimento médio mensal em reais da população de Benevides. O valor é de R\$ 687,00 para pretos e de R\$ 694,00 para pardos, enquanto que para brancos o valor é de R\$ 861,00. Em outros termos, isso significa dizer que, brancos têm rendimento 1,3 vez maior que pretos e 1,2 vezes maior em relação à renda de pardos, isto é, se o rendimento para pretos e pardos fosse de R\$ 1.000,00, o dos brancos seria R\$ 1.200,00 e R\$ 1.300,00, respectivamente. Esse dado exemplifica uma desigualdade existente.

Conforme os dados apresentados até o momento, podemos concluir da seguinte maneira: pretos e pardos somam a grande maioria da população de Benevides, mas são os que têm menos instrução no quesito saber ler e escrever e, além disso, possuem o menor rendimento, quando os comparamos à população branca do município. Logo, há um traço de desigualdade e concentração no acesso aos recursos em benefício de uma minoria.

Para finalizar nossa caracterização, pontuemos a questão da religiosidade: a maioria da população é católica, o que totaliza mais de 53%. Em segundo lugar, estão os evangélicos, que somam mais de 36%. É importante destacar a presença das testemunhas de jeová com aproximadamente 1%, seguido dos espíritas com 0,26%. Por sua vez, a pesquisa do IBGE, quanto às religiões de matriz africana, que considera o candomblé, a umbanda e outras religiosidades afro-brasileiras, encontra em Benevides uma porcentagem que só terá alguma expressividade em termos estatísticos se forem somadas e, ainda assim, totalizam apenas 0,12%. Não será isso resultado de uma repressão racista instaurada desde tempos coloniais que se reproduz no tempo presente, caracterizando uma colonialidade?

Dessa forma, quando observamos a representatividade constituída por católicos e evangélicos, que juntos compõem a grande maioria da população, com aproximadamente 90%, podemos afirmar que Benevides é uma sociedade negra e expressamente

conservadora, o que nos leva a considerar que tal fato configura uma das dificuldades que uma proposta de caráter antirracista e emancipatório quanto à questão racial terá no município.

Apesar da repressão e da omissão à cultura negra no município, cabe destacar um dos monumentos em alusão à libertação dos escravos em Benevides. Trata-se de uma mão apontada para cima, com correntes quebradas e um pássaro representando a liberdade, localizado na principal entrada da cidade, tal como mostra a figura a seguir:

Figura – Monumento em alusão à libertação dos em Benevides



Fonte: Autora (2019)

A materialidade da história de Benevides, na maioria das vezes, passa despercebida sob os nossos olhos. As demandas cotidianas nos condicionam a uma celeridade que nos impossibilita até mesmo de questionar sobre tais questões. A valorização e o reconhecimento são dois objetivos básicos para a mobilização antirracista em qualquer contexto, mas isso só pode ocorrer se conhecermos a história de luta, os objetivos e o impacto que nossa ação ou omissão gera em nossa sociedade. Portanto, a seção a seguir é um convite à reflexão e, na melhor das hipóteses, à mudança de postura mediante casos de racismo em nossas vivências diárias.

## 2.2 Racismo por omissão na Terra da Liberdade

O município de Benevides faz parte da região metropolitana de Belém, localizado a 25km da capital. Curiosamente quando nós, os que residimos em Benevides, somos questionados na universidade sobre onde moramos, a reação à nossa resposta comumente é de surpresa acompanhada de uma expressão como quem quisesse dizer: Nossa, tão longe! A contradição é pensar que, ao mesmo tempo em que não é tão distante, é muito desconhecida, embora já tenha feito parte de Belém antes do processo histórico de autonomia do município.

Não se sabe muito da sua história nem o que ela representa. Às vezes, nem os seus moradores a sabem. A literatura existente se restringe à academia. A quem atribuiremos a responsabilidade por isso, afinal? E qual o significado disso para a nossa pesquisa?

E se começássemos a indagar questões cotidianas que fazem parte de nossa vivência, como, por exemplo, o porquê dessa cidade se chamar assim. Alguém imagina que ela recebeu esse nome em homenagem a um antigo político? Indo além, que este tem origem em uma família tradicional, proveniente de uma nação colonizadora e, portanto, exploradora e dominadora? De forma geral, benevidenses sabem que a dominação política exercida sobre os seus não é atual, porém não sabem a profundidade dessas raízes.

O que mudaria caso começássemos a nos questionar sobre a origem e os significados dos nomes dados às escolas, às ruas, às praças? Que diferença faria se, em vez de personagens que representam nosso passado escravocrata, evocássemos Luiz, Macário, Quitéria, Florência, Maurício, Gonçalo e outros nomes de pessoas negras que lutaram contra a escravidão e o racismo, mas que a história não nos contou como chamavam? O fato é que quase nada sabemos sobre as histórias, origens, crenças, famílias e nem mesmo os rostos desses homens e dessas mulheres.

Esse outro olhar é necessário para reconfigurar nossa rota de interpretação, a fim de conferir devida atenção para o outro lado da repressão: a resistência. Sobre tal direcionamento, Grada Kilomba aponta que “a margem não deve ser vista apenas como um espaço periférico, um espaço de perda e privação, mas sim como um espaço de resistência e possibilidade”, portanto, “a margem é um local que nutre nossa capacidade de resistir à opressão, de transformar e de imaginar mundos alternativos e novos discursos” (KILOMBA, 2019, p. 68). Conceber foco para a resistência não é romantizar a violência, mas refletir criticamente sobre as existências de outros olhares, vozes e narrativas que foram suprimidos e impedidos de serem conhecidos.



Por outro lado, ao priorizarmos em nossa pesquisa o outro lado da história, nos deparamos com mais um desafio: lidar com a conquista de um novo lócus de enunciação dentro do espaço acadêmico, conforme argumenta José Jorge de Carvalho (2001). Esta conquista é fruto de um processo que questiona justamente a influência exercida no espaço acadêmico do conhecimento produzido no contexto de privilégio ocupado pelas nações colonizadoras.

Segundo o autor, é necessário devolver o olhar, ou ainda, de relocar o olhar do pesquisador situado na periferia global, a fim de que sejam construídas narrativas a partir da posição de subalternos, as quais serão fontes de explicação para as experiências históricas dos povos colonizados, bem como para o reconhecimento das condições históricas e políticas que legitimaram a subordinação de tais sujeitos à subalternidade, afinal a presença subalterna sempre foi essencial para a constituição dos cânones.

Assim, para pensarmos em estratégias, é necessário antes de tudo reconhecer o problema e a maneira como ele age. Tratando-se de racismo, não existe um só modo de operar. Assim, dentre as diversas formas com que o racismo pode operar estão, desde as mais antigas, como os racismos científico e institucional, até modos ditos contemporâneos, como os racismos recreativo e ambiental, sob a égide do que chamamos de racismo estrutural.

Neste artigo, atentemos para um tipo de racismo específico: o racismo por omissão, isto é, aquele que atua por meio do silêncio. Mas o que isso significa? Segundo Lélia Gonzalez (2020), o racismo por omissão implica no esquecimento e na invisibilização do problema racial. Conforme a autora, este é “um dos aspectos da ideologia do branqueamento que, colonizadamente, quer nos fazer crer que somos um país racialmente branco e culturalmente ocidental, eurocêntrico” (GONZALEZ, 2020, p. 221). De acordo com esse argumento, o racismo pressupõe superioridade cultural, logo é melhor fingir que ele não existe para que a suposta superioridade não seja afetada.

Além disso, o racismo por omissão tem a ver com o mito da democracia racial, ideologia que fora forjada como proposta da explicação para a unidade nacional, a qual escamoteia o seu fundamento violento ao negar e, portanto, omitir a existência de racismo, ao dissimular que somos uma sociedade de iguais, em que todos, brancos e negros, gozam dos mesmos direitos. Portanto, enunciar o racismo por omissão é denunciar o mito da democracia racial.

Acerca da definição do racismo no Brasil e sua relação com o mito da democracia racial, afirma Nilma Lino Gomes:



O racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade racial. No Brasil, ele opera com a ideologia da raça biológica, travestida no mito da democracia racial (harmonia racial) que se nutre, entre outras coisas, do potencial da miscigenação brasileira (GOMES, 2017, p. 98).

Assim, na medida em que se evita expor e discutir acerca da realidade histórica da experiência africana e afro-brasileira, com todas as implicações que ela produziu no imaginário social, o mito da democracia racial continua exercendo sua função de limitar uma autêntica compreensão e, por sua vez, impedindo a mobilização em prol da luta antirracista no Brasil.

Além disso, podemos relacionar o racismo por omissão ao racismo cotidiano, conforme definição de Grada Kilomba:

O termo 'cotidiano' refere-se ao fato de que essas experiências não são pontuais. O racismo cotidiano não é um 'ataque único' ou um 'evento discreto', mas sim uma 'constelação de experiências de vida', uma 'exposição constante ao perigo', um 'padrão contínuo de abuso' que se repete incessantemente ao longo da biografia de alguém – no ônibus, no supermercado, em uma festa, no jantar, na família (KILOMBA, 2019, p. 80).

Em Benevides, o racismo por omissão pode ser percebido quando observada a ausência do debate e de ações em instâncias da administração pública direta, tais como as secretarias de educação e de cultura, quando compreendida a discrepância entre a pontualidade de uma celebração que é, ao mesmo tempo, estereotipada e exotizada e a indiferença às práticas do racismo cotidiano e, além disso, quando verificamos a ausência de propostas explícitas nos planos de governo quanto à questão étnico-racial.

Em síntese, a poesia a seguir, elaborada pela poetisa e uma das diretoras da RCDB, Liz Silva (2021), nos convida à reflexão sobre tal questão da seguinte forma:

E a partir de hoje não falaremos mais sobre racismo.  
E assim, portanto, sem palavra lançada, ele deixará de existir.  
E a partir de hoje eu decreto silêncio perpétuo sobre a minha pele negra que grita: maldito seja tu, racista!  
E ele deixará de existir.  
É silêncio que cês querem. Então hoje eu silencio. Mas eu não esqueço que não é só de uma voz que sou feita. E tal qual ossos em vale perpétuo, cês vão ouvir gritar todos os mortos pelo teu conceito de silêncio sobre a dor do preto.  
E daqui hoje cês não passam.  
Tá cansado de ouvir a voz do preto que fala sobre racismo, é porque o papo deve ser com você mesmo, parceiro.

Em um cenário mais amplo, a produção desta pesquisa está inserida em um contexto que expressa e legitima o racismo por meio da omissão, ou ainda, da “apatia”, que se apresenta como sinônimo de indiferença. Observamos essa postura por meio do discurso político e ideológico, que atravessa o Brasil, sobretudo no período pós-2018. Em outras palavras, o estado de apatia é a postura indiferente à diversidade como um valor, cujo objetivo é tentar suprimir as diferenças históricas por meio de uma proposta discursiva homogeneizadora da sociedade brasileira. Isso porque “o racismo funciona através do discurso” (KILOMBA, 2019, p. 130). Portanto, esse discurso contribui para manter nossas estruturas racistas.

Dentro desse cenário, está presente a manutenção da antiga relação entre o discurso dominante e a resistência negra. De um lado, o discurso homogeneizador acerca das diferenças é um elemento que indica que o desafio social da luta antirracista, em grande medida, se encaixa aos moldes do discurso racial do início do século XX. Em outras palavras, a perspectiva sobre a miscigenação como símbolo da unidade nacional, presente nos primeiros decênios do século passado, é retomada e reproduzida como se fossemos todos produtos de uma mistura racial, ou ainda, sob a forma de um velho jargão: “*somos todos iguais*”.

Por outro lado, tal realidade exige de nós, comunidade acadêmica e movimentos sociais, uma constante atuação política frente às questões raciais, tendo em vista mudanças profundas na estrutura. Uma vez que, apesar do estado de apatia no discurso e prática mencionados, a realidade racial brasileira demonstra a continuidade da produção, articulação e disseminação por parte da comunidade negra dos saberes negros construídos, sejam eles de ordem identitária, política ou estético-corpórea, conforme argumenta Gomes (2017).

Em diálogo com o conflito supracitado, eclodiu em maio de 2020 uma onda de protestos antirracistas que se expandiu pelos Estados Unidos depois que um segurança negro chamado George Floyd, de 46 anos, foi assassinado por um policial branco em Minneapolis no dia 25 de maio. A frase “*I can't breathe*” repercutiu nas redes sociais por ter sido a última frase enunciada, repetidas vezes, como súplica, por Floyd no momento do ato criminoso.

No Brasil, dias antes, em 18 de maio, João Pedro de 14 anos foi morto dentro da própria casa na comunidade de São Gonçalo, na região metropolitana do Rio de Janeiro, por meio de uma operação policial. O que chama a atenção é que o caso de João Pedro

não é um fato isolado. Sabendo que mais de 55%<sup>3</sup> da população brasileira é composta por negros e que mais de 75%<sup>4</sup> das pessoas assassinadas fazem parte deste grupo racial, esta realidade nos permite refletir sobre a razão pela qual a população negra está mais exposta à violência no Brasil.

Doutro modo, a fim de aprofundar esta argumentação, recorremos a mais um episódio. Trata-se da autorização do ministro Celso de Mello, no dia 22 de maio, de acesso ao vídeo de uma reunião ministerial ocorrida no dia 22 de abril. Dentre os pronunciamentos, é pertinente ressaltar a fala do então ministro da educação Abraham Weintraub, que expressa de forma contundente: *“odeio o termo ‘povos indígenas’, odeio esse termo, odeio...só tem um povo nesse país...é povo brasileiro, só tem um povo, pode ser preto, pode ser branco, pode ser japonês, pode ser descendente de índio, mas tem que ser brasileiro, acabar com esse negócio de povos e privilégios, só pode ter um povo”*.

Por que trazer à presente discussão dois casos de violência racial, cônica de que eles não são esporádicos, além também da fala do então ministro?

Para melhor elucidar essa questão, evoquemos o intelectual negro Abdias Nascimento, quando se referiu em sua obra “O genocídio do negro brasileiro” ao caráter mítico do “africano livre” pós-abolição. Forçadamente incluído nas guerras em nome do “Brasil”, dentre as quais a Guerra do Paraguai (1864-1870), o negro escravizado que passara a ocupar a função de soldado em tais guerras, representava para mitólogos raciais, uma “prova” de integração na sociedade brasileira, denuncia Nascimento.

Conforme este autor argumenta, tal mito apenas sustentou uma “pura e simples forma de um legalizado assassinio coletivo”, além disso ele reitera que “os afro-brasileiros precisam rever constantemente fatos como este de dar suas vidas nas guerras de um país que não os reconhecia como seres humanos e que, até os dias presentes, os mantém como cidadãos de segunda classe” (NASCIMENTO, 2016, p. 80).

Logo, quando observadas as condições provocadas por uma ampla e profunda racialização da sociedade brasileira, é impróprio admitir qualquer discurso de homogeneização. Assim, o recurso discursivo de uma suposta uniformidade entre nossa experiência racial, somado ao tom indignado da referida fala do então ministro da educação contra a diferença racial brasileira, representa um ato tanto de desonestidade intelectual como de racismo.

---

<sup>3</sup> Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios Contínua 2012-2019 (IBGE).

<sup>4</sup> Atlas da Violência de 2020, com base em pesquisa realizada em 2018 (p. 47).

Portanto, o racismo por omissão é uma expressão explícita do racismo brasileiro atual. Paradoxalmente, a postura apática de quem escolhe não falar e, por sua vez, não se posicionar diante de um caso de racismo, não o priva de contribuir diretamente para a manutenção desse sistema de opressão que atravessa nossa história há séculos. A escolha em si é uma ação que produz e reproduz colonialidades, uma vez que não dar nomes aos fatos e às experiências conduz ao não reconhecimento do problema e, por conseguinte, a se omitir na busca pela superação do mesmo. Por isso, é fundamental entender que “uma sociedade é racista ou não é. Enquanto não compreendermos essa evidência, deixaremos de lado muitos problemas” (FANON, 2008, p. 85).

### 3 COLONIALIDADE E RESISTÊNCIA

Na obra “Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano”, Grada Kilomba (2019) destaca três ideias que o racismo cotidiano carrega consigo enquanto uma experiência traumática para quem o sofre: a primeira ideia é o choque violento, ou seja, a pessoa que é alvo do racismo é agredida inesperadamente, ao ponto de sua única resposta ser o choque; a segunda ideia é a separação, isto é, “um choque inesperado que priva o sujeito de suas conexões com a sociedade” (KILOMBA, 2019, p. 220); e, a terceira ideia trata-se da atemporalidade. O entendimento desta última ideia é fundamental para o desenvolvimento desta pesquisa.

Para discutir as noções de atemporalidade e de racismo é imprescindível a compreensão do significado e da diferença entre os conceitos de colonialismo e colonialidade, ou seja, é fundamental para o entendimento das relações e dos conflitos construídos entre colonizadores e colonizados, assim como os efeitos de tais processos. Por essa razão, a diferenciação estabelecida a seguir nos permitirá elucidar e compreender em que base foi estruturada a sociedade brasileira, conforme a experiência racial aqui construída. A distinção entre tais conceitos é fundamentada nos trabalhos realizados pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano (1928-2018).

Segundo Quijano (1992), o colonialismo é:

Uma relação de dominação direta, política, social e cultural dos europeus sobre os conquistados de todos os continentes [...] desse modo, o colonialismo, no sentido de um sistema de dominação política formal de umas sociedades sobre outras, parece, pois, assunto do passado (QUIJANO, 1992, p. 11 - tradução própria).

Por outro lado, Quijano (1992) chama a atenção para a colonialidade que, embora possua relação com o colonialismo, é mais duradoura que este, pois está estruturada para além desse caráter institucional formal, ou seja, a período quando territórios na América eram colônias de países europeus. Especificamente definida de colonialidade do poder, trata-se de um dos elementos específicos do novo padrão mundial de poder capitalista, o qual é, ao mesmo tempo, colonial e moderno, criado a partir da constituição do continente que veio a ser denominado América e amparada na imposição de uma classificação racial/étnica de toda a população mundial, de modo a operar desde a dimensão material até à dimensão subjetiva das relações sociais.

Nilma Lino Gomes (2017) elege esse processo de classificação como um dos elementos mais violentos na branquidade, uma vez que está baseada em relações históricas coloniais e de poder em que o branco europeu, sinônimo de vencedor e superior, define os outros e a si mesmo criando novas identidades, em que umas estão sujeitas a outras. Em outras palavras, essa distinção é importante, pois:

Apesar do colonialismo político ter sido eliminado, a relação entre a cultura europeia, chamada também 'ocidental', e as outras, ainda é uma relação de dominação colonial. Não é apenas uma subordinação de outras culturas à Europa, em uma relação externa [...] consiste, antes de tudo, em uma colonização do imaginário dos dominados. Ou seja, atua no interior desse imaginário. Em certa medida, faz parte disso (QUIJANO, 1992, p. 12 - tradução própria).

Nesse sentido, é importante não perder de vista que o processo de colonização da América e, em particular do Brasil, não se tratou estritamente de uma exploração das matérias-primas e do trabalho escravo dos povos colonizados, mas, ao contrário, esteve diretamente ligada à dominação da memória e do imaginário dos conquistados, cuja classificação social não se deu apenas como um fator de diferenciação, mas como sustentáculo principal da justificativa hierarquizante entre sujeitos "superiores" e "inferiores".

Inserido nesse quadro teórico, estão presentes algumas implicações dessa colonialidade, as quais atualizam a herança colonialista nas relações sociais pós-colonialismo. Nesta oportunidade, destacaremos três desses resultados, por possuírem estreita imbricação e por contribuírem para aprofundar nossa exposição. Primeiro, "a colonialidade da classificação social universal do mundo capitalista" (QUIJANO, 2009, p.

107), em que ela desencadeia na criação de novas identidades raciais e geoculturais, cuja cor da pele representa o marcador social responsável por essa divisão.

Em segundo lugar, “a colonialidade das relações culturais ou intersubjetivas” (QUIJANO, 2009, p. 111). Como parte do projeto de colonização, quando bem sucedido, esteve presente a destruição de saberes e extermínio de condições das manifestações culturais dos povos dominados. E, mesmo quando não obtiveram êxito total, os colonizadores estabeleceram uma hegemonia do pensamento eurocêntrico como único modo de conhecimento e racionalidade válidos.

Assim, “a longo prazo, em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e numa parte muito ampla da população mundial o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado” (QUIJANO, 2009, p. 112).

Por fim, “a dominação/exploração, colonialidade e corporeidade” (QUIJANO, 2009, p. 112) ou, em outros termos, a “maldição corporal” em evidência (FANON, 2008, 105). Assinalemos a existência da relação entre dominação e exploração, ressaltando que a dominação não implica necessariamente em exploração, mas que essa não existe sem aquela. Desse modo, a dominação é indispensável para todo exercício de poder. Diante dessa verdade histórica mundial, cuja base se instaura por meio do procedimento específico da naturalização das relações de poder, no contexto de colonização da sociedade brasileira a população negra foi alijada da participação social a todo e qualquer direito.

Nesse sentido, podemos afirmar que a dominação no Brasil perdurou mesmo após o fim da exploração via escravidão no final do século XIX e que a colonialidade, por ser mais duradoura que o colonialismo, persiste, classificando social e racialmente a população afro-brasileira. Diante do exposto, a cor da pele e outras características fenotípicas representam determinantes marcadores sociais que também são chamados de sinais diacríticos, por se tratarem de expressões externas e, portanto, identificáveis.

Assim, negros e negras no Brasil colonial foram classificados racialmente e, por conseguinte, destituídos do acesso aos direitos sociais, políticos e civis, uma vez que, além da força de trabalho ter sido considerada como mercadoria, o próprio sujeito na situação de escravo configurava uma propriedade. Logo, não gozavam dos direitos de um cidadão, porque nem ao menos era considerada a sua humanidade. Nessa perspectiva, foi justificada e naturalizada racialmente a manutenção da desigualdade.

Nesse sentido, por meio das categorias de colonialismo e colonialidade segundo Quijano (1992), associada à ideia de atemporalidade argumentada por Kilomba (2019), queremos mostrar a existência de uma tensão redefinida constantemente em nosso país, a qual é oriunda do nosso passado colonial e escravocrata, a saber, a tensão entre a colonialidade e a resistência.

Reiterando a tensão entre colonialidade e resistência, afirmamos que o racismo por omissão é uma expressão explícita da violência racial contemporânea, e como recorte mostramos como o contexto político, econômico, cultural, social e racial construído no município de Benevides, permite a compreensão de tal conceito. Segundo Kilomba (2019), a atemporalidade do racismo significa a insistência em performar o passado no presente, por isso ela afirma que “a escravização e o colonialismo podem ser vistos como coisas do passado, mas estão intimamente ligados ao presente” (2019, p. 223).

Frantz Fanon (2008) descrevendo sobre suas experiências enquanto homem negro que questiona o pretense complexo de dependência do colonizado, argumenta que há na verdade uma constante busca pelo reconhecimento (FANON, 2008, p. 180). Portanto, resistir é também exigir reconhecimento da sua humanidade e dos seus saberes.

Nesse contexto, apresentamos Benevides como exemplo de um município arraigado em relações de poder, um espaço, como centenas de outros pelo Brasil afora, fundamentado no colonialismo e que vive experiências de colonialidade. Mas além disso, é um lugar que aglutina em sua história não somente a opressão, mas a resistência, pois como nos diz Nascimento (2016) “há muito esforço anônimo, muita luta negra espalhada pelo vasto território nacional (2016, p. 166). Sobre um desses esforços anônimos, trazemos à cena a atuação da Roda Cultural de Benevides (RCDB).

### **3.1 Sobre a Roda Cultural de Benevides**

A definição da Roda Cultural de Benevides é uma questão, dentre outras, de ordem conceitual, uma vez que o reconhecimento inicial, enquanto “coletivo”, perpassa pela ideia de que as decisões são feitas a partir de um diálogo permanente e do sentimento de coletividade. Por outro lado, em outros momentos, a referência se dá por meio do termo “movimento”. O uso deste termo ocorre quando o contexto trata da organização do grupo frente às ações a serem implementadas. Dessa forma, podemos dizer que a Roda Cultural de Benevides é um coletivo em movimento.



Nesta pesquisa, nos amparamos no conceito de coletivo cultural, uma vez consideradas as características presentes na RCDB. Portanto, a definição utilizada é concebida a partir dos trabalhos realizados pelo pesquisador Aluizio Marino (2013; 2015) com coletivos culturais na cidade de São Paulo e em Bogotá. Conforme este autor:

Os coletivos culturais são movimentos autônomos, que se organizam de forma horizontal e desierarquizada. São majoritariamente formados por jovens, que encontram na arte e no fazer cultural uma forma de se afirmar como um sujeito singular, construindo novas subjetividades coletivas (MARINO, 2015, p. 6).

Segundo o artista ViniCobra, um dos diretores da RCDB, é fundamental conhecer os valores e os pilares do movimento hip hop, se se quiser compreender o coletivo cultural em questão. Como um movimento nascido na rua, o artista é categórico: “*mais importa a vivência e o compartilhamento daquilo que sabemos do que a teoria*”. Assim, de um lado, estão os valores do hip hop em sua origem, a paz, o amor, a união e a diversão. Doutro modo, estão os pilares, o *RAP* (ritmo e poesia), o *djing* (DJ), o *graffiti* (grafite) e o *break* (dança).

A RCDB tem como influência tal cultura, mas também a modifica, ampliando e reconfigurando as ações com outras combinações e possibilidades expressivas. Dessa forma, a RCDB está fundamentada nesses valores e pilares, de tal modo que se apresenta para os adolescentes e jovens de Benevides como uma oportunidade de diversão e lazer.

Dentro desse cenário, a RCDB é um coletivo cultural fundado formalmente no dia 08 de agosto de 2018. Com uma mobilização inicial incipiente, contou com a presença de cinco adolescentes e jovens, quando ocorreu a primeira batalha de RAP no antigo terminal rodoviário da cidade. Sem uma organização rígida, na roda ocorre a liberdade de interação, sendo essa a principal característica que permite identificar a articulação desse grupo como coletivo cultural.

Desse modo, o coletivo é caracterizado pelo dinamismo das ações e pelo caráter horizontal de interação entre os atores envolvidos. Nesse cenário, dentre os elementos presentes na organização do coletivo, dois são importantes destacar, são eles: (I) a logo do coletivo; (II) e o conteúdo da divulgação. Além disso, registramos duas ações centrais de caráter artístico organizadas pela RCDB, são elas: (IV) a batalha de RAP; (V) e a batalha de poesia falada:

I) A primeira logo do coletivo reproduz a combinação entre os principais componentes presentes no monumento da entrada da cidade de Benevides, isto é, a mão estendida e as correntes quebradas. Além disso, destaca a presença do termo “Terra da Liberdade” em referência ao fato ocorrido em 30 de março de 1884. Recentemente a logo foi atualizada por uma proposta mais colorida e reflexiva ao trocar a “Terra da Liberdade” por “Terra de Mentes Livres”, deslocando o protagonismo do lugar para os sujeitos. De todo modo, em ambas percebemos a presença de elementos que contribuem para acionar a memória acerca da história de Benevides, conforme mostram as figuras a seguir, respectivamente:



II) A forma como é pensada e executada a divulgação do coletivo merece atenção. Para exemplificar, abaixo estão trechos de uma poesia disseminada nas redes sociais do coletivo. Ela nos permite refletir que o ato de rememorar a história de Benevides só tem sentido pleno quando questionamos os efeitos do passado colonial e as possibilidades de atuação concreta contra o racismo:

No dia 30 de março de 1884 a antiga colônia de Nossa Senhora do Carmo, atual município de Benevides, no Pará, se tornaria a primeira na Amazônia e a segunda no Brasil a libertar aqueles e aquelas que estavam sob condição de escravidão em seu território, 4 anos antes da princesa Isabel assinar a Lei Áurea.

Trazemos a nossa história de resistência escrita no sangue...

Roda cultural de Benevides, um projeto sobre vida: unidos pela visão de empoderar nossa história, trouxemos a cultura do RAP como diálogo pra nossa trajetória.

Os menó aprendendo o respeito, usando poesia como revolução, fazendo um som de preto e reconstruindo sua emancipação.

Em tudo fomos primeiros, desde a libertação, Roda cultural de Benevides é sobre nunca deixar que nosso povo traga resquício mental algum da escravidão (Liz Silva, 2020).

(IV) Com 3 anos de atuação, a RCDB realizou mais de 80ª edições de batalhas de RAP. São realizadas todas as sextas-feiras às 17h, na maioria das vezes no espaço público das praças centrais de Benevides. Além do duelo de mcs, a programação é composta por batalhas de poesia, pequenos shows com música e danças. É uma programação flexível e aberta para outras apresentações culturais. Geralmente ocorrem premiações para os campeões das batalhas, o que também configura um incentivo para a participação.

(V) O SLAM Liberdade, como é chamada a competição de poesia falada de Benevides, foi fundado em janeiro de 2019 e ocorre todos os sábados às 17h, também nas praças centrais de Benevides. É uma ação autônoma em relação a RCDB, mas também interligada a ela. Por isso, também pode ocorrer dentro da programação da RCDB. Os temas das poesias são livres, geralmente tratam sobre as vivências de cada competidor, dores e expectativas. Chamamos atenção novamente para o termo “Liberdade”, em alusão a já mencionada cidade de Benevides e sua história.

Portanto, a partir da trajetória, considerando elementos e ações que constituem a RCDB, verificamos que ela tem uma atuação que fornece importante contribuição para a compreensão do modo como a luta antirracista é construída em Benevides em nossos dias, por meio da arte como estratégia de luta, o que configura uma demonstração da potência sociopolítica deste grupo organizador e dos seus participantes.

Contudo, para continuar avançando é necessário melhor organizar os objetivos e princípios relacionados à luta antirracista, ou seja, é imprescindível um constante aperfeiçoamento da consciência racial, a fim de assumir um posicionamento explícito quanto à questão racial, pois, conforme ressalta Gomes acerca da mobilização antirracista (2017) “É preciso que nas ações desse coletivo *se faça presente e de forma explícita uma postura política de combate ao racismo* (GOMES, 2017, p. 24).”

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Realizar uma pesquisa cuja investigação atravessa o tema racial e as mobilizações em prol da superação do racismo, significa pensar uma temática ao mesmo tempo contemporânea, mas facilmente conectada com o passado histórico brasileiro, por no mínimo duas razões:

Primeiro, porque, em termos legais, a sistematização de um projeto político de amplitude nacional, especialmente no campo da educação, que faça frente ao racismo, é recente, sobretudo a partir da Lei nº 10.639/2003. Embora, desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, hajam iniciativas a nível das unidades da federação, assim como dos municípios em protagonizar ações para adoção de um conteúdo escolar menos eurocentrado e racista, o que mostra que as ações de resistência são constantes em nossa história.

Segundo, porque a realidade da história racial brasileira exige que sejam frequentemente retomadas questões antigas, mas que se reconfiguram conforme a nossa sociedade também se modifica, exigindo novas reflexões. Assim, a luta antirracista é um problema conectado ao nosso passado, ao passo em que é uma demanda atual, uma vez considerados os desafios e conflitos que perpassaram o século XX e se apresentam hoje.

Para avançar é necessário que não fiquemos presos à escravidão como se fosse um regime inerente a um tempo remoto. Um dos argumentos de quem intenta deslegitimar a luta antirracista e as ações que visam o combate propositivo ao preconceito e à discriminação racial na sociedade brasileira atual, é se referir à escravidão como um tempo longínquo à nossa realidade. De acordo com essa visão, é descabido fomentar uma discussão para algo institucionalmente abolido. Mas a extinção legal do sistema de escravidão não deu fim à classificação racial existente.

Assim, é imprescindível construir reflexões e fomentar debates cuja centralidade corresponda às estratégias de atualização da luta, resistência e articulação da comunidade negra frente às formas de dominação atuais. Em outras palavras, compreender a maneira pelo qual o racismo age e se incorpora em nossas relações é fundamental para então ser possível combatê-lo. Portanto, trata-se do reconhecimento de que não apenas existem outros sujeitos responsáveis pela construção da sociedade brasileira, mas que eles sempre produziram saberes, conhecimentos e experiências que merecem ser visibilizadas e compartilhadas.

Assim, se por um lado, o racismo por omissão é uma expressão explícita da violência racial contemporânea, tal como evidenciamos por meio do contexto construído no município de Benevides, por outro lado, a mobilização pela construção cotidiana em favor da luta antirracista continua acontecendo. Como exemplo, mostramos o coletivo cultural RCDB, que tem uma atuação que atravessa a luta pelo direito à cultura, à cidade e ao lazer, mas que, sobretudo, fornece importante contribuição para a luta antirracista na Amazônia.

## REFERÊNCIAS

- A ORIGEM DAS COISAS. **A Origem do Hip-Hop**. Disponível em: <https://origemdascosas.com/a-origem-do-hip-hop/>. Acesso em: 09 mar. 2021.
- CARVALHO, José Jorge. O olhar etnográfico e a voz subalterna. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 7, n. 15, p. 107-147, 2001.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2017.
- GONZALEZ, Lélia. Racismo por omissão. *In*: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Org.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2020, p. 220-221.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **História e informação administrativa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/historico>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/pesquisa/23/25124?detalhes=true>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/benevides/pesquisa/23/22107?detalhes=true>. Acesso em: 15 mar. 2021.
- KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- MARINO, Aluizio. **Coletivos culturais na cidade de São Paulo: ação cultural como ação política**. CELACC/ECA – USP, 2013.
- MARINO, Aluizio. Cultura, Periferia e Direito à Cidade: coletividade em São Paulo e Bogotá. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v.3, n.3, p.4 – 25, set/dez, 2015.
- NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. **Revista Perú Indígena**. 13(29): 11-20, 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-117.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: Lander, E. (org). **Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

## NOTAS

### TÍTULO DA OBRA


RACISMO POR OMISSÃO E LUTA ANTIRRACISTA: DA COLONIALIDADE À RESISTÊNCIA EM BENEVIDES/PA

#### Evelyn Talisa Abreu de Oliveira

Mestranda em Sociologia e Antropologia

Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, Brasil

evelynabreu21@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-8383-1840>

#### Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto

PhD in Government (University of Essex), revalidado em Sociologia e Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais

Universidade Federal do Pará, Professor Adjunto, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, Brasil

rodrigopeixoto1810@gmail.com

 <https://orcid.org/0000-0002-1825-0097>

### AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Rodrigo Peixoto, pela leitura atenciosa e pelas sugestões pertinentes para o desenvolvimento desta pesquisa, assim como ao coletivo cultural Roda Cultural de Benevides, por me receberem com tamanha gentileza.

### FINANCIAMENTO

CAPES

### LICENÇA DE USO – uso exclusivo da revista

Os autores cedem à **Em Tese** os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a [Licença Creative Commons Attribution 4.0 Internacional \(CC BY\)](#). Esta licença permite que **terceiros** remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os **autores** têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

### PUBLISHER – uso exclusivo da revista

Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Publicado no [Portal de Periódicos UFSC](#). As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de seus autores, não representando, necessariamente, a opinião dos editores ou da universidade.

### HISTÓRICO

Recebido em 28 de agosto de 2021

Aprovado em 04 de dezembro de 2021